

Repercussões do desmantelamento da Revolução Cidadã: as tensões políticas no Equador de Lenín Moreno.

Tiago Soares Nogara, Diego Pautasso y Clarissa Dias Nascimento

Resumo.

No segundo semestre de 2019, amplas manifestações populares nas principais cidades do Equador, especialmente em Quito, levaram o presidente Lenín Moreno a mudar temporariamente a sede do governo para Guayaquil. O presente artigo sustenta que, mais do que mera ocorrência conjuntural, a ebulição social respondeu às dinâmicas de um processo mais amplo, iniciado logo após as eleições de 2017, e marcado pelo desmantelamento e reversão das orientações políticas e sociais oriundas do ciclo da Revolução Cidadã, dirigida pelo ex-presidente Rafael Correa entre 2007 e 2017. Sustentando essa hipótese, o artigo recapitula o processo de ascensão e queda da Revolução Cidadã, sua incidência sobre o programa político adotado pelo sucessor de Correa, Lenín Moreno, e esboça perspectivas ensejadas pelas disputas decorrentes dessas complexas movimentações.

Palavras-chave: Equador – Crise equatoriana – Revolução Cidadã – Alianza PAIS – CONAIE

**Universidade de Brasília. Brasil.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.**

E-mail: tiagosnogara@gmail.com
dgpautasso@gmail.com
clarissadn@gmail.com

Recibido: 16/04/2020 - Aceptado: 25/06/2020

Repercussions of the dismantling of the Citizen Revolution: political tensions in Lenín Moreno's Ecuador.

Abstract

In the second half of 2019, widespread popular demonstrations in Ecuador's main cities, especially in Quito, led President Lenín Moreno to temporarily move the government's headquarters to Guayaquil. This article argues that, more than a mere cyclical occurrence, the social upheaval responded to the dynamics of a broader process, which started right after the 2017 elections, and was marked by the dismantling and reversal of the political and social orientations arising from the cycle of the Citizen Revolution, directed by ex-president Rafael Correa between 2007 and 2017. Supporting this hypothesis, the article recapitulates the process of rise and fall of the Citizen Revolution, its impact on the political program adopted by Correa's successor, Lenín Moreno, and outlines perspectives about disputes arising from these complex movements.

Keywords: Ecuador – Ecuadorian crisis – Citizen Revolution – Alianza PAIS – CONAIE.

Introdução.

No segundo semestre de 2019, amplas manifestações populares tomaram as ruas das principais cidades do Equador, especialmente de Quito, numa veemente demonstração de rechaço às medidas de austeridade adotadas pelo presidente Lenín Moreno, que teve de mudar temporariamente a sede do governo para Guayaquil. Ainda que o estopim dos protestos tenha decorrido da retirada dos subsídios estatais às compras de combustíveis, essa medida não afirma por si só o soerguimento de um movimento de tamanha magnitude, tampouco um ponto fora da curva no conjunto do programa político-econômico do governo.

Nesse sentido, o presente artigo sustenta a hipótese de que, mais do que mera ocorrência conjuntural, a ebulição social respondeu às dinâmicas um processo mais amplo iniciado logo após as eleições de 2017, e marcado pelo desmantelamento e reversão das orientações políticas e sociais oriundas do ciclo da Revolução Cidadã, dirigida pelo ex-presidente Rafael Correa entre 2007 e 2017. Visando angariar subsídios para a afirmação da hipótese, partiremos do princípio de que a validade de teorias no âmbito geral das ciências sociais há de ser remetida à evolução histórica dos fenômenos sociais que pretendem explicar (Fernandes, 2000), e portanto analisaremos fatores elementares vinculados ao processo de ascensão, consolidação e refluxo da Revolução Cidadã no Equador.

Sendo assim, o texto é iniciado abordando o auge e declínio da Revolução Cidadã, indicando seu papel no curto ciclo de estabilidade política e implementação de reformas sociais no Equador.

dor. Na segunda seção, são discutidas as razões da inflexão política operada por Lenín Moreno, e uma retrospectiva das tensões entre o correísmo e grupos opositoristas. Na terceira etapa, são elucidados os efeitos sociais da agenda implementada por Moreno, e a decorrente erosão da unidade anticorreísta que lhe dá suporte. Por fim, apresentamos perspectivas de mudanças políticas no quadro de ebulição social, correlacionando-as com as dinâmicas da disputa de poder no país.

A Revolução Cidadã: estabilidade política e reformas sociais

A República do Equador conviveu, ao longo de sua história, com a persistência de determinadas assimetrias comuns, ainda que em graus diferentes, a parte grande parte do conjunto dos países latino-americanos, envolvendo patentes desigualdades econômicas, a baixa diversificação produtiva e incipiente industrialização, bem como dificuldades para assegurar a implementação projetos nacionais de desenvolvimento com perspectivas de médio e longo prazo. Historicamente, o país conviveu com o antagonismo entre os interesses políticos da Serra, representados pelo conservadorismo de latifundiários radicados nas proximidades de Quito, e da Costa, a partir da qual a cidade portuária de Guayaquil concentrou os setores econômicos mais dinâmicos e as principais instituições financeiras do país (Cueva, 2016).

Nessa longa trajetória, o Equador viu ascender a poderosa liderança populista de Velasco Ibarra, contemporâneo de Vargas e Perón, e conviveu com a consolidação de uma breve ditadura militar na década de 1970. A democratização do país, realizada no final da década de 1970, foi desfechada paralelamente ao processo de adoção de medidas neoliberais, moldando uma democracia marcada por alto nível de ebulição social (Redin, 2017). Os reflexos dessas medidas se fizeram sentir no ambiente político nacional, e entre 1996 e 2007 o Equador teve nada menos do que oito presidentes, contabilizando os interinos, sendo que nenhum cumpriu mandato completo, já que aqueles que lograram concluir sem derrocamento não assumiram o posto desde o início.

Foi a partir de 2007, com a ascensão do Alianza Patria Altiva y Soberana (Alianza PAIS) e de Rafael Correa à presidência, que uma maior estabilidade foi alcançada. Neste pleito, com recorde de participação eleitoral, Correa armou uma estratégia baseada na rejeição às velhas estruturas institucionais persistentes por décadas no país. Nesse sentido, lembrando processos então correntes na Venezuela e na Bolívia, alavancou a pauta de refundação do Estado e de suas instituições políticas, sem lançar candidaturas legislativas por seu partido e propondo, no centro de sua agenda, a realização de uma Constituinte. Como observaram parte de seus entusiastas (Barbosa; Teixeira, 2017), tratava-se de um exercício de potencialização do chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano, centrado no pluralismo e nas ‘novas formas do bem-viver’, pretensamente distintas da colonialidade eurocêntrica.

Eleito, Correa encaminhou a aprovação do plebiscito para realização da Constituinte, após intervenção do Tribunal Supremo Eleitoral destituindo congressistas contrários à reivindicação. Realizado no dia 15 de abril de 2007, o plebiscito garantiu a vitória do “sim”, com 82,72% dos votos. Em setembro, foi organizada a eleição dos constituintes, com o Alianza PAIS conquistando 80 das 130 cadeiras. Realizada em Montecristi, berço do histórico caudilho liberal Eloy

Alfaro, a Constituinte logrou uma orientação geral em prol de uma democracia radical, com a potencialização dos mecanismos de consulta à sociedade civil, e do robustecimento da capacidade operacional do Estado¹. Dentre as principais inovações, esteve a incorporação da noção de Sumak Kawsay, ou Buen Vivir, como base dos direitos sociais e do modelo de desenvolvimento a ser seguido (Vélez, 2014).

Nos primeiros sete anos de governo, Corrêa impôs amplo processo de reformas políticas e sociais, de forma a materializar a chamada Revolução Cidadã. Num contexto econômico favorável, marcado pelo sensível aumento dos preços de matérias-primas no mercado internacional, Correa logrou sua reeleição nos pleitos de 2009² e 2013³, convertendo-se no presidente com mandato ininterrupto mais longo da história do Equador. Nesse contexto, a reeleição de Correa em 2013 contou com sua vitória em nada menos do que 23 das 24 provinciais do país - rompendo com a histórica divisão política entre costa e serra -, ao tempo em que o Alianza PAIS assegurava hegemonia no âmbito legislativo (Freidenberg, 2013).

Paulatinamente, o Estado passou a recuperar sua centralidade na cena política equatoriana, dirigindo importantes programas de distribuição de renda, ao passo em que modernizou a infraestrutura do país. Os números comprovam as mudanças sociais: em 2007, a porcentagem de pessoas pobres no país chegava à cifra de 36,7%, reduzida aos 23,3% em 2015, retirando mais de um milhão de equatorianos da linha da pobreza⁴. No que tange à economia, a Revolução Cidadã garantiu estabilidade e crescimento, apesar do contexto da crise mundial pós-2008. Entre 2007 e 2015 o país cresceu numa média de 3,9% ao ano, acima da média latino-americana, que foi de 2,9% no mesmo período. A taxa de desemprego chegou aos 4,3% da população em 2015, constituindo mais um recorde positivo para o país. Por sua vez, o salário mínimo teve um aumento de mais de 100%, passando de 160 para 366 dólares (Telesur, 2015).

Em 2007, Correa encaminhou, por meio do Decreto 472, a criação de uma Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC). A partir dos resultados apresentados pela comissão, determinou que não pagaria os itens da dívida externa considerados ilegítimos pela comissão, resultando numa redução da dívida de 17.475 bilhões de dólares, em 2008, para 13,686 bilhões, em maio de 2011 (Klachko; Arkonada, 2017). O investimento em educação pública no país avançou de 90 milhões de dólares, em 2006, para 763 milhões em 2011, e o investimento em saúde duplicou entre 2008 e 2011, passando de 118 para 223 dólares por habitante. Cabe lembrar que em 2005 cerca 40% do orçamento do governo era destinado ao pagamento dívida externa, com somente 15% destinado às áreas de saúde e educação. Ademais, o Índice de Gini do país evoluiu de 0,54, em 2006, para 0,47, em 2011 (Klachko; Arkonada, 2017).

¹ Houve um substancial fortalecimento do sistema nacional de planificação, com a criação do Conselho Nacional de Planificação e a previsão de formulação de um Plano Nacional de Desenvolvimento.

² Além da vitória presidencial, o Alianza PAIS logrou a obtenção de 124 cadeiras na Assembleia Nacional, alcançando 46% de seu total (Vélez, 2014).

³ Correa foi declarado vencedor com 57,17% dos votos, derrotando Guillermo Lasso, que alcançou apenas 22,68% do eleitorado. Além do mais, o Alianza PAIS conquistou nada menos do que 100 das 132 cadeiras disputadas para congressistas nacionais e provinciais. (Vélez, 2014)

⁴ O Bono de Desarrollo Humano (BDH) constituiu o principal programa social do governo. Destinado às famílias de menores recursos, incrementou seu alcance entre 2006 e 2007, passando de 3,6% para 63,8% da população mais pobre (Vélez, 2014).

Ainda assim, este processo não esteve isento de questionamentos. Por um lado, as elites tradicionais do país mantiveram sistemática crítica ao que caracterizaram como populismo do governo. Junto a estes, se alinharia uma nova classe média, gestada pelo próprio processo de crescimento econômico e revitalização da sociedade equatoriana decorrente das mudanças instituídas por Correa, mas ideologicamente desvinculada dos meios políticos que forjaram sua ascensão. Assim, paulatinamente este setor foi alinhando-se às críticas conservadoras ao governo, em grande parte impulsionadas por meios de comunicação de massa, experiência não muito distinta dos enfrentamentos também protagonizados entre setores da grande mídia e governos de esquerda e centro-esquerda no restante da América do Sul.

Por outro lado, setores da esquerda equatoriana mantiveram relação hostil com o governo, não raras vezes alinhando-se às próprias críticas conservadoras ao correísmo⁵. No caso, organizações indigenistas, como a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)⁶ e o Pachakutik⁷, protagonizaram críticas ao modelo econômico extrativista, e insistiram numa campanha contrária a exploração petrolífera das reservas alocadas no parque nacional Yasuní, na Amazônia equatoriana. Cabe mencionar que, ciente de possíveis danos ambientais da exploração, Correa propôs à comunidade internacional manter intocados os cerca de 856 milhões de barris de petróleo potencialmente existentes na reserva, com a condição de que aceitassem ressarcir cerca de 50% dos lucros então previstos para o país. Evidentemente, acabou por não receber apoio, legitimando sua decisão em prol do prosseguimento nas atividades de exploração, visando garantir recursos para a manutenção do processo de robustecimento do Estado equatoriano.

Outra polêmica junto aos movimentos sociais foi a promessa correísta de, a partir do conceito de Buen Vivir, realizar ampla reforma agrária, beneficiando povos indígenas e pequenos produtores. O objetivo era de reduzir o índice de concentração de terra em aproximadamente 22% até o ano de 2013, entretanto apenas foram aplicadas políticas agrárias convencionais (Ospina Peralta; Lander, 2012). Além disso, as organizações indigenistas alegaram hostilidade do governo perante os movimentos sociais, uma vez que Correa não hesitou em criminalizar e judicializar parte de suas práticas contestatórias (Lalander; Ospina Peralta, 2012). Também catalisando opositoristas nos setores esquerdistas, a reforma universitária promovida pelo governo, instituindo métodos meritocráticos e planificação estatal no seio das universidades e escolas públicas, mobilizou a revolta de setores importantes da intelectualidade, potencializando críticas acadêmicas à condução governista (Villavicencio, 2013).

Para autores como Acosta e Guijarro (2018), a gestão econômica de Correa aprofundou a dependência equatoriana do capital internacional, direcionando o país para a órbita do capi-

⁵ Não por acaso, Correa (2009) fez questão de se referir ao “esquerdismo, ecologismo e indianismo infantil” como parte dos principais inimigos dos avanços da Revolução Cidadã.

⁶ Movimento político indígena constituído em 1986. Tem como centro de sua agenda política as reivindicações vinculadas com a posse do solo e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a defesa da diversidade cultural das nações indígenas equatorianas. (Nobile, 2019)

⁷ O Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik-Novo País (MUPP-NP) foi fundado em 1995, constituindo uma plataforma política ampla, capaz de abarcar distintos movimentos sociais. Partido eleitoral com formato movimentista, o Pachakutik disputa eleições desde 1996 (Ortiz, 2019). É sustentado politicamente pela CONAIE e um extenso conglomerado de organizações sindicais e não-governamentais (Vélez, 2014).

tal chinês e consumindo os bens naturais com a exploração petrolífera desenfreada. Também criticaram o governo por não realizar nova auditoria do endividamento público, alegando que cerca de 60 milhões de dólares simplesmente não foram contabilizados na primeira (Acosta; Guijarro, 2018). Cuvi (2018) indicou as estruturas do correísmo e do Alianza PAIS como profundamente corruptas, marcadas pela falta de fiscalização, impunidade de infratores e autoritarismo, replicadas no governo junto à repressão aos movimentos sociais. Sierra (2018) designou a Revolução Cidadã enquanto uma fantasia ideológica, que iludiu setores das esquerdas e aprofundou a modernização capitalista neoliberal do país. Nesse mesmo sentido, Carlos de la Torre (2018) taxou Correa de sedutor populista, com perfil autoritário e dinâmica de ascensão e consolidação semelhante às dos ex-presidentes Velasco Ibarra e Lucio Gutiérrez.

Em duas oportunidades, as tensões de Correa com os grupos opositores se fizeram sentir com maior força. Em setembro de 2010, uma revolta policial contra a implementação de nova lei salarial motivou que parte dos amotinados tentasse deter o presidente, quando este se encontrava tratando uma lesão corporal no Hospital da Polícia Nacional. Apesar do fracasso dos insurgentes, seus enfrentamentos com partidários de Correa resultaram na morte de policiais e integrantes do Exército, e em mais de uma centena de feridos. À época, os governos da Bolívia e da Venezuela acusaram serviços de inteligência dos Estados Unidos da América de fomentar o motim (Klachko; Arkonada, 2017). Em 2015, amplas manifestações sociais foram dirigidas por partidos conservadores em prol da retirada das Lei de Herança e da Lei da Mais-Valia Imobiliária propostas pelo governo. Diante da ofensiva, Correa se viu forçado a recuar de seu intento. Também recorrentes foram as disputas com os grandes meios de comunicação do país, tendo como auge a implementação da Lei dos Meios de Comunicação, em 2013 (Lemos, 2014). Como destacaram Cerbino, Maluf e Ramos (2016), esse embate não esteve restrito ao Equador no ambiente político sul-americano da época, encontrando eco nas dinâmicas políticas dos países alinhados à perspectiva de construção do chamado Socialismo do Século XXI.

No contexto internacional, o governo de Correa aderiu à conformação da ALBA-TCP, junto de países como Venezuela, Bolívia e Cuba, o que contribuiu para sua caracterização como parte do chamado eixo bolivariano, que se estendia entre parte dos países latino-americanos. O Equador também teve papel fundamental na construção da UNASUL, ao acolher sua Secretaria Geral, com sede em Quito. De forma conflitiva, estabeleceu a recuperação da Base Militar de Manta, entregue à Força Aérea dos Estados Unidos em 1999, ordenando a não renovação do convênio. Como parte de suas alegações para tal, constaram os acontecimentos concernentes à Operação Fênix, na qual o exército colombiano bombardeou acampamento guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) em território equatoriano, resultando na morte de 18 guerrilheiros e 5 civis de nacionalidade equatoriana e mexicana.

Nessa esteira, desafiou a empresa estadunidense Chevron, ao denunciar os danos ambientais por ela operados no território equatoriano, e conquistando vitórias judiciais e indenizações no valor de 9,5 bilhões de dólares (Klachko; Arkonada, 2017)⁸. Também teve notória atividade ao oferecer, em junho de 2012, asilo diplomático a Julian Assange, fundador do Wikileaks, na embaixada equatoriana de Londres. Correa buscou a diversificação de parcerias, investindo no

⁸ Cabe lembrar que esse processo contra a Chevron foi anulado pelo Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, em 2018 (AIPP, 2018).

aprofundamento das relações do Equador com a China, a Rússia e o Irã. Entre 2008 e 2014 o país assinou cerca de 30 convênios com os chineses (Viana, 2014), além de selar acordos com o Irã, no setor petrolífero, e com a Rússia, no setor militar (Malamud; Calvo, 2009). Ainda assim, o Equador garantiu, apesar das divergências político-ideológicas, relações estáveis com os EUA, que mantiveram o posto de maior parceria comercial do país.

O giro político de Moreno e a frente anticorreísta

Se nos primeiros sete anos de mandatos a conjuntura internacional favoreceu sobremaneira a estratégia governista, a partir de 2014 o refluxo dos preços internacionais das commodities, principalmente do petróleo⁹, o giro na conjuntura política sul-americana e o fortalecimento de agrupamentos contestatários ao governo moldaram um novo contexto social que viria a pôr em xeque, no médio prazo, as estruturas de sustentação da Revolução Cidadã¹⁰. Ainda em 2014, as eleições demonstraram veemente deslocamento das preferências políticas da população: o social-cristão Jaime Nebot reelegeu-se em Guayaquil, cidade que dirigia desde 2000; o social-democrata Paul Carrasco manteve a prefeitura de Cuenca, capital de Azuay, onde estava desde 2002; e, com enormes repercussões para a estratégia eleitoral correísta, o Alianza PAIS perdeu a direção de Quito. Basicamente, os três principais centros urbanos do país restaram nas mãos da oposição, esboçando uma tendência negativa para a contenda presidencial de 2017.

Nesse contexto, ainda na administração de Correa foi iniciado um giro no modo de governar do Alianza PAIS, com a implementação de rigoroso ajuste fiscal, reduzindo o orçamento geral do Estado de 44.300 milhões de dólares, em 2014, para 37.600 milhões em 2016 (Ospina Peralta, 2019). Paralelamente, o endividamento público, interno e externo, que representava 2,8% do PIB em 2012, subiu para 8,1% em 2016, ano em que o país teve seu pior índice de credibilidade de pagamentos (Acosta; Guijarro, 2018). A necessidade de buscar financiamentos levou Correa a negociar as reservas em ouro do país com a Goldman Sachs, pagar indenizações à petroleira Texaco, conceder os mais rentáveis poços de petróleo equatorianos às empresas transnacionais e abrir mão dos fundos de pensão e saúde dos trabalhadores (Ospina Peralta, 2019). Ainda em 2014, o próprio presidente trouxe de volta à cena o FMI, iniciando conversações que resultaram, posteriormente, no acesso às linhas de crédito pelo seu sucessor.

Após ter ocupado a vice-presidência por duas vezes, Lenín Moreno candidatou-se à presidência pelo Alianza PAIS em 2017, contando com apoio de Correa. Diante de uma conjuntura regional marcada por sequenciais derrotas políticas e eleitorais das forças de esquerda, a importância do pleito foi simbolizada pelas palavras do influente intelectual comunista argentino Atilio Borón (2017), que o classificou como a batalha de Stalingrado das esquerdas latino-americanas. Numa eleição extremamente disputada, Moreno venceu por pouca diferença o seu adversário, Guillermo Lasso, líder do Movimiento Creando Oportunidade (CREO) e dono de um dos maiores bancos do país.

⁹ Entre junho de 2014 e fevereiro de 2016 o preço do petróleo equatoriano despencou de 100 para 22 dólares por barril (Guijarro, 2018).

¹⁰ Além da queda dos valores petrolíferos, a apreciação do dólar prejudicou sobremaneira o conjunto das exportações equatorianas. Complementarmente, o terremoto de 16 de abril de 2016 ampliou o contexto de crise, gerando uma contração oficial de 0,7% do PIB, para além da tragédia resultando no falecimento de mais de 600 pessoas. (Guijarro, 2018).

No entanto, aquilo que parecia uma crucial vitória política do correísmo acabou tornando-se um pesadelo para o seu mentor. Logo após o final das eleições, Guillermo Lasso fez questão de impulsionar uma campanha de denúncia às supostas fraudes cometidas pelo Alianza PAIS para conquistar a vitória. Porém, distintamente do que se esperava, Lenín reagiu adotando uma tática de aproximação com os setores anti-Correa que restavam na oposição, tanto à direita quanto à esquerda. Ainda em julho de 2017, Moreno iniciou uma série de diálogos com opositoristas, enfurecendo a ala correísta do Alianza PAIS. O presidente esteve junto à direção da CONAIE, acordando a devolução de sua sede em Quito, a mesma da qual Correa os havia expulsado anos antes (Labarthe; Upéry, 2017). Em seguida, Moreno se reuniu com os donos dos principais meios de comunicação privados do país, prometendo cessar as hostilidades do governo e desmantelar progressivamente a Ley de Comunicación, Secom, Cordicom y Supercom, anteriormente instrumentalizada por Correa para estabelecer controle sobre a mídia. Paralelamente, anistiu ativistas opositoristas, se apresentando na condição de figura aberta ao diálogo com amplos setores sociais, ao tempo em que enfatizava a adoção de implacável combate à corrupção.

Nessa linha, o governo se somou aos grandes meios de comunicação na denúncia sistemática de escândalos de corrupção envolvendo a Petroecuador, vinculando-os diretamente aos quadros políticos fiéis ao ex-presidente Rafael Correa. As denúncias vinculadas aos investimentos da Odebrecht no Equador ganharam força, e uma lógica de confrontação pautada no lawfare¹¹ – semelhante às estabelecidas contra governos ou forças políticas progressistas no Brasil, na Argentina, na Bolívia e outros importantes cenários políticos da região – foi potencializada, gerando a prisão preventiva do vice-presidente Jorge Glas¹², no dia 2 de agosto de 2017, por suposta participação nas negociações com a Odebrecht. Coincidentemente, Glas era homem de confiança de Correa, e não por acaso estava postado na vice-presidência: era peça-chave do correísmo na disputa institucional travada diante de Moreno.

Logicamente, a postura de Moreno ensejou profunda divisão entre os quadros do Alianza PAIS, polarizados diante das exortações de traição vocalizadas por Correa e a postura revisionista do novo presidente. Consequentemente, a direção nacional do Alianza PAIS decidiu, no dia 31 de outubro, suspender Moreno de suas funções na liderança partidária, nomeando o ex-ministro Ricardo Patiño em seu lugar. A reação governista não tardou, com a legalidade da decisão sendo questionada por consideráveis setores do partido e autoridades judiciais (Labarthe; Upéry, 2017). Em seguida, a justiça eleitoral terminou por resolver a disputa em prol dos morenistas, forçando os seguidores de Correa a articularem uma nova estrutura político-partidária, o Movimento da Revolução Cidadã (MRC).

Enquanto golpe final na relação entre as facções contendoras oriundas da Revolução Cidadã, Moreno convocou uma consulta popular para o início de 2018, abordando uma série de questões, dentre as quais a inabilitação política de culpados por ato de corrupção, além da eliminação¹³ da possibilidade de reeleição presidencial, mesmo que descontínua. Dessa forma, o

¹¹ Utilização indevida do aparato jurídico para promover trocas de regimes (Bandeira, 2016).

¹² Jorge Glas Espinel também era personagem central das negociações vinculados ao setor petrolífero, especialmente quando envolvendo o Equador com atores como China e Irã (Villavicencio, 2013).

¹³ Consistia na cobrança de imposto sobre o valor especulativo do solo. No caso, a lei pretendia evitar a especulação sobre terrenos que se valorizam em razão de investimentos circundantes realizados pelo Estado, via obras públicas. A título de exemplo, os terrenos do entorno da sede da Unasul, em Quito, aumentaram em sete vezes os seus valores previstos (Klachko; Arkonada, 2017).

mandatário visava impugnar toda e qualquer tentativa eleitoral de retorno de Correa. A consulta também tangenciou a derrogação da Lei da Mais-Valia e a redução da área de exploração petrolífera autorizada no parque Yasuní. Em um só golpe, Moreno conciliou o governo do Alianza PAIS com consideráveis setores da esquerda e da direita até então opositores, rompendo a polarização política e unificando uma frente anticorrista, que alavancou a popularidade do governante para além dos 80% em seus primeiros meses de gestão (Labarthe; Upéry, 2017).

Diante desse contexto, um novo arranjo de forças políticas e sociais foi esboçado nas eleições locais de 2019. O morenismo logrou conquistar 45 prefeituras, contabilizando o conjunto das vitórias do Alianza PAIS e seus aliados. Paralelamente, o corristismo apresentou cerca de 46 candidaturas, obtendo mais de 10% dos votos em apenas 16 dessas. Os partidos da direita tradicional mantiveram suas respectivas inserções em duas frentes: o Partido Social Cristão elevou seu número de prefeituras de 11 para 35, enquanto a estrutura eleitoral vinculada ao banqueiro Guillermo Lasso elevou suas conquistas de 18 para 32 prefeituras. O Pachakutik reduziu seus domínios municipais de 26 para 16 (Ospina Peralta, 2019).

O retorno à era neoliberal e a progressiva erosão da unidade anticorrista

Apesar das medidas de austeridade e as negociações com fundos internacionais terem sido iniciadas ainda no governo de Correa, seria incongruente e desonesto apontar o governo de Moreno como continuador da obra do anterior. Muito pelo contrário, as principais sinalizações morenistas tanto no nível nacional quanto internacional são de inversão do programa até então dirigido pela Revolução Cidadã. No contexto regional, o Equador passou a esvaziar as iniciativas multilaterais sul-americanas, se retirando tanto da ALBA-TCP quanto da UNASUL, e solicitando a devolução do edifício-sede desta, localizado em Quito. No mesmo contexto, subiu o tom das críticas ao governo chavista de Nicolás Maduro, na Venezuela, até então um aliado de primeira ordem do Alianza PAIS. O apoio do Equador à conformação do PROSUL e a aproximação com a Aliança do Pacífico reforçaram, portanto, o caráter revisionista de Moreno frente às linhas gerais até então seguidas.

Internamente, Moreno impulsionou uma coalizão com bases sociais radicalmente distintas daquelas que sustentaram por anos as políticas sociais e o fortalecimento do Estado durante a Revolução Cidadã. Nesse caso, o alinhamento com as elites tradicionais do país foi procedido de forma paralela ao apaziguamento da relação com setores radicalizados das esquerdas, especialmente com a CONAIE. Coincidentemente, estes setores eram os mesmos que encabeçavam o núcleo-duro da oposição aos governos de Rafael Correa. No que tange à orientação econômica do governo, cabe destacar que nos primeiros sete anos de Correa foram priorizadas medidas heterodoxas, com a ortodoxia prevalecendo num pequeno hiato final do governo, marcado pelo contexto de crise econômica. No caso de Moreno, resta evidente que as políticas de austeridade fiscal, desregulamentação e atrofia do Estado constituem política constante do governo, e não uma manobra conjuntural. Esse caráter se expressa precisamente na chamada Ley de Fomento Productivo, que consagrou o alinhamento do governo às diretrizes neoliberais:

A lei determina que o setor público não pode aumentar seu orçamento em mais de 3% anuais, restringindo a mobilização de crédito interna para manejar a liquidez e estipula que, salvo ex-

ceções, o orçamento só pode ser aprovado com déficit para pagar juros da dívida. O investimento público fica praticamente abolido enquanto política de Estado. Violando a Constituição, se introduz um sistema internacional de arbitragem para os investimentos em qualquer matéria. Os instrumentos estatais de regulação ficam reduzidos ao mínimo. Portanto, a Ley de Fomento Productivo redesenha o Estado e os termos de sua legítima intervenção, a partir do imperativo de reconfiguração em torno dos investimentos. (Ramírez Gallegos, 2018:3, tradução nossa)

Em outubro de 2019, uma crise política de consideráveis proporções tomou o cotidiano equatoriano, com imensos protestos acessando as principais cidades do país, respondidos com dura repressão desatada pelo governo de Lenín Moreno. As agitações tiveram como estopim a adoção de um pacote de austeridade, alinhado às contrapartidas estipuladas pelo FMI para concessão de empréstimo ao Equador. O pacote promoveu a eliminação do subsídio aos combustíveis, política que perdurava há mais de 40 anos, encarecendo o diesel em cerca de 120%, e a gasolina regular em 30%, além de impor reformas nas leis trabalhistas e na estrutura tributária do país, ampliando os prejuízos ao poder de compra e à estabilidade social da população.

Assim, estudantes, camponeses e sindicalistas convocaram manifestações em prol da revogação das medidas, compondo aquela que foi a terceira paralisação de caráter nacional desde a posse de Moreno, em maio de 2017. Frente aos protestos, o presidente decretou Estado de exceção por 60 dias, com base no artigo 165 da Constituição, ainda no dia 03/10, data do início das agitações. A greve nacional foi endossada por caminhoneiros, motoristas de ônibus, de táxis e de vans escolares, paralisando os meios de transporte do país, e teve como resposta uma violenta onda de repressão, principalmente em Quito, com centenas de pessoas detidas. No dia 07/10, o manifestante Raúl Chilpe foi a primeira vítima fatal da repressão, durante ato político realizado no departamento de Azuay.

Frente à escalada dos conflitos, Moreno comunicou, no dia 08/10, a transferência da sede do governo de Quito, centro das agitações, para Guayaquil, em transmissão televisiva na qual aparecia junto ao vice-presidente e o comando militar do país. Neste mesmo dia, começaram a chegar à capital enormes contingentes militantes da CONAIE, provenientes principalmente das regiões andinas do centro e norte do país, reforçando as fileiras das manifestações. Em seguida, uma ofensiva dos manifestantes foi desfechada, com a realização de uma invasão ao prédio da Assembleia Nacional do Equador, horas depois da transferência de sede do governo, instalando uma Assembleia Popular e solicitando imediata derrogação do Decreto Executivo 883, que eliminou os subsídios aos combustíveis.

O governo manteve sua postura de rechaço às manifestações, inclusive vinculando-as ao presidente venezuelano Nicolás Maduro. No caso, o governo atribuiu à Maduro e ao ex-presidente Correa a orquestração das movimentações populares. Em entrevista à imprensa, o vice-presidente Otto Sonnenholzner denunciou que agentes estrangeiros estariam recebendo entre 40 e 50 dólares diários para promover atividades “terroristas” no país (Telesur, 2019). Ainda no dia 9, Otto mencionou suposta abertura de diálogo entre o governo e a CONAIE para a resolução

da crise, mas a direção do movimento fez questão de negar a informação. Segundo a Defensoria do Povo do Equador, até o dia 10 de outubro pelo menos cinco pessoas já tinham sido assassinadas pelas forças policiais. Dentre eles, um dos dirigentes da CONAIE, Inocencio Tucumbi, ferido durante manifestação em Quito, no dia 09/10.

Diretamente da Bélgica, Rafael Correa emitiu comunicado exortando Moreno a antecipar as eleições presidenciais, colocando-se como eventual candidato à vice-presidência, face ao cenário que o inabilitou à disputa presidencial. O ex-presidente também negou estar manobrando as marchas indígenas, as greves e o conjunto dos protestos. No entanto, fez questão de recordar que a Constituição do Equador estabelece a antecipação de eleições em casos de grave comoção social, enquanto instrumento para forçar a resolução pacífica de conflitos. Após doze dias de manifestações - com um saldo, conforme a Defensoria do Povo, de sete mortos, 1.340 feridos e 1.152 presos -, as lideranças dos protestos chegaram a um acordo com o presidente Lenín Moreno, resultando na queda do Decreto 883 e do Estado de exceção. Conforme o presidente informou, logo em seguida, no seu Twitter, o governo emitiria novo decreto, contendo mecanismo para garantir recursos financeiros compensatórios aos que mais necessitavam (Gonçalves, 2019).

Ebulição social, limites do etnicismo indigenista e novas perspectivas políticas

O padrão assumido pelas manifestações de massa esboçadas no segundo semestre de 2019 remete aos tempos de instabilidade política que tomaram o Equador na virada do século XX para o XXI. Eventos de estética semelhante estiveram por detrás das quedas presidenciais de 1997, 2000 e 2005, e as mesmas cenas de populares enfrentando policiais e indígenas atacando prédios dos poderes públicos já preencheram as ruas de Quito nestas outras ocasiões, não necessariamente gerando desfechos em prol do fortalecimento do Estado e da construção de uma alternativa capaz de elevar o padrão de vida da população. Pelo contrário: não raras vezes as organizações políticas que reivindicaram o protagonismo dos atos contra Moreno contribuíram para a ascensão de coalizões com uma agenda muito semelhante à de seu governo.

Nesse sentido, cabem algumas importantes observações. À época dos protestos, a vice-presidência do Equador residia nas mãos de Otto Ramón Sonnenholzner Sper, um economista de perfil supostamente “técnico”, indicado por Moreno e referendado pela Assembleia para assumir o cargo após a prisão de Jorge Glas. Politicamente, sua escolha foi chancelada pela força das agremiações conservadoras que exerceram franca oposição aos governos correístas. Como bem demonstraram as tendências das eleições locais, são estas forças políticas que, junto ao morenismo, vêm logrando maior crescimento nas preferências do imaginário popular.

Assim, ainda que o radicalismo das ações orquestradas pela CONAIE tenha ganho destaque diante da multidão de populares enfurecidos com as medidas de austeridade, quem manobrou politicamente para tentar se valer de eventual vácuo institucional foram as mesmas forças conservadoras que chancelaram o revisionismo neoliberal então em voga. E foi exatamente esta dinâmica de flerte da CONAIE com as elites tradicionais equatorianas que acelerou derrubadas de presidentes no período pré-2007, e que durante a Revolução Cidadã também agiu para impor derrotas ao governo correísta. Portanto, não espanta que a CONAIE tenha composto e

apoiado¹⁴ o governo neoliberal de Lucio Gutiérrez¹⁵, assim como compôs a frente política que sustentou a inicial consolidação de Lenín Moreno. Apesar de contar com importante enraizamento em meios populares, esta organização costuma antagonizar parcela importante dos projetos de desenvolvimento induzidos pelo Estado nacional, por colidirem com suas concepções étnicas e ambientais, de modo que se tornam sujeitas à captura por governos conservadores, via mecanismos de assistência social.

Como definiu Figueroa (2006), as teorias neoindigenistas tiveram no centro de suas análises a construção de imagens persuasivas dos indígenas latino-americanos como essencialmente opostos aos Estados nacionais, à integração social, ao desenvolvimento econômico e, especialmente, ao marxismo. Assim, não raras vezes o essencialismo étnico age enquanto elemento de fustigação às ações fundamentais operadas pelo Estado nacional, como a recuperação e investimento em setores estratégicos da economia, além de iniciativas vinculadas à educação, prestação de serviços públicos essenciais, garantia da soberania energética e alimentar, e até mesmo à afirmação do monopólio estatal do uso da força (Figueroa, 2006).

Logo, longe de estabelecer um estereótipo negativo das manifestações populares, o que cabe ser mensurado é o caráter geral que estas historicamente assumiram, para além da retórica das organizações que reivindicam seu protagonismo. Eventos semelhantes marcaram um conjunto de jornadas populares contra as políticas neoliberais em décadas anteriores, como o Caracazo, de 1989, ou o Argentinazo/Cacerolazo, de 2001. Em comum, há uma revolta popular de grandes proporções contra medidas de austeridade, e uma plêiade de agrupamentos políticos disputando suas respectivas hegemonias. Do primeiro foi erigido o contexto de insatisfação popular que pavimentou a radicalização do MBR-200 e a futura eleição de Hugo Chávez, com uma plataforma de rechaço às antigas instituições políticas do país. Do segundo surgiu o contexto que permitiu uma ampla concertação política em prol da ascensão de Néstor Kirchner.

Contudo, há de se perceber que tanto o correísmo quanto os movimentos esquerdistas equatorianos estão longe de constituírem forças hegemônicas ou com simpatias majoritárias na sociedade. Se o primeiro foi desconstruído por um amplo processo de demonização de sua principal figura pela mídia, pelo governo de Moreno, pelas elites tradicionais equatorianas e pelos próprios setores esquerdistas historicamente opositores à Revolução Cidadã, os segundos parecem esboçar a repetição de sua histórica tendência aos lampejos de protagonismo. Assim, num primeiro momento são manobrados em prol da derrubada ou fragilização de governantes, para, posteriormente, terem suas demandas setoriais incorporadas ao programa de um novo governo ou da coalizão remanescente, desde que não conflitando com o núcleo central de sua agenda, numa simbiose resultante na sustentação de um multiculturalismo neoliberal.

¹⁴ O Pachakutik compôs o governo de Gutiérrez em seus primeiros oito meses, indicando quatro ministros do governo, dentre eles seus dirigentes históricos, Nina Pacari e Luís Macas, respectivos ministros das Relações Exteriores e da Agricultura (Klachko, Arkonada, 2017).

¹⁵ Após ter integrado a Junta Militar que substituiu o presidente Janil Mahuad, em 2000, foi eleito em 2002, contando com apoio da CONAIE e do Pachakutik. À época, esperava-se que o coronel adotasse medidas com caráter semelhante ao do presidente venezuelano Hugo Chávez. No entanto, este acabou traíndo as aspirações de suas bases eleitorais, viajando para os EUA antes mesmo de tomar posse e assinando um acordo de livre-comércio com o governo de George W. Bush. Após uma série de conflitos, Gutiérrez acabou por dissolver a Suprema Corte de Justiça, gerando inúmeras mobilizações populares em prol de sua renúncia. Frente ao constrangimento, renunciou ao cargo em abril de 2005, exilando-se no Brasil. Posteriormente, retornou ao Equador, onde ficou preso até março de 2006, quando o Tribunal Superior de Quito cancelou as acusações e determinou sua imediata libertação. (Latinoamericana, 2006)

Conclusão

O progressivo esfacelamento das orientações políticas oriundas da Revolução Cidadã, passando pelas medidas de austeridade do governo morenista e a potencialização das manifestações populares, faz emergir um risco de retomada da dinâmica de instabilidade política que preponderou no Equador entre 1997 e 2005. Nesse sentido, o artigo proporcionou um resgate de certas tendências do contexto político equatoriano, dentre as quais se inserem, sequencialmente, a articulação de uma frente anticorréista – envolvendo opositoristas de direita e esquerda - desde os primórdios da Revolução Cidadã, a cooptação de Lenín Moreno e do Alianza PAIS pelo programa desta frente e as posteriores repercussões da fragmentação de sua unidade.

No caso, mais do que construir um projeto de governabilidade, a frente esteve coesa pelo objetivo de negar e dismantelar os pressupostos que permitiram ao correísmo uma década de hegemonia sobre a política nacional. Com a retomada da implementação de medidas neoliberais in natura pelo governo, foi ampliada a crise econômica e social do país, expondo as fissuras do bloco de poder governante e trazendo de volta à tona – após o interregno da Revolução Cidadã – fenômenos marcados pela acentuada ebulição social, com reflexos potencialmente capazes fragilizar, novamente, o conjunto das instituições políticas nacionais.

Referências:

ACOSTA, A.; GUIJARRO, J. C. (2018) “La deuda eterna contraataca: cómo el correísmo nos regresó al pasado” en SIERRA, N. et al (coordinadores). **El Gran Fraude**. Quito: Montecristi Vive.

BANDEIRA, L. A. M. Moro e Janot atuaram e atuam com instituições dos Estados Unidos contra o Brasil e as empresas brasileiras (2019) documento consultado en Internet el 13/10/2019 en <https://www.viomundo.com.br/politica/moniz-bandeira-moro-e-janot-atuaram-e-atuam-com-instituicoes-dos-estados-unidos-contra-o-brasil-e-as-empresas-brasileiras.html>.

BARBOSA, M. L. & TEIXEIRA, J. P. A. (2017) “Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-americano: dois olhares sobre desigualdade, diferença e participação”. **Direito e Práxis**. Volumen 8, Nro. 2, 49-54.

BORÓN, A. La ‘batalla de Stalingrado’ se librará en Ecuador (2017) documento consultado en Internet el 13/10/2019 en <http://www.cubadebate.cu/opinion/2017/02/05/la-batalla-de-stalingrado-se-librara-en-ecuador/>.

CERBINO, M; MALUF, M.; RAMOS, I. (2016) **Los enlaces ciudadanos del presidente Rafael Correa: entra la exaltación del pueblo y el combate a los medios**. Quito: FLACSO Ecuador.

CORREA, R. (2009) **Intervención Presidencial en el Acto de Entrega de Armas en**

el Comando Provincial de Manabí. Portoviejo: Presidencia – República del Ecuador.

CUEVA, A. (2019) **O processo de dominação política no Equador.** Florianópolis: Insular.

CUVI, J. (2018) “La desolación de la izquierda” en SIERRA, N. et al (coordinadores). **El Gran Fraude.** Quito: Montecristi Vive.

DE LA TORRE, C. (2018) “Para que no se repita la seducción populista a la izquierda” en SIERRA, N. et al (coordinadores). **El Gran Fraude.** Quito: Montecristi Vive.

FERNANDES, Luis. (2017) **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético.** São Paulo: Anita Garibaldi.

FIGUEROA, J. A. (2006) “Equador” en SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (coordinadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo.

FREIDENBERG, F. (2013) **Ecuador 2013: las claves del éxito de la Revolución Ciudadana.** Madri: Fundación Alternativas.

GONÇALVES, M. Presidente do Equador promete política de combustíveis que não prejudique mais pobres (2019) documento consultado en Internet el 13/10/2019 en <https://oglobo.globo.com/mundo/presidente-do-equador-promete-politica-de-combustiveis-que-nao-prejudique-mais-pobres-24017186>.

GUIJARRO, J. C. (2018) **Hacia donde va el Ecuador de Lenín Moreno? Entre una crisis persistente y un nuevo neoliberalismo.** Buenos Aires: Nueva Sociedad.

HALE, C. R. (2005) “Neoliberal multiculturalism: the remaking of cultural rights and racial dominance in Central America”. **PoLaR – Political & Legal Anthropology Review.** Volumen 28, Nro. 1, 10-28.

KLACHKO, P. & ARKONADA, K. (2017) **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade.** São Paulo: Expressão Popular.

LABARTHE, S. & UPÉRY, M. S. (2017) **Leninismo versus correísmo: la tercera vuelta en Ecuador.** Buenos Aires: Nueva Sociedad.

LALANDER, R. & OSPINA PERALTA, P. (2009) “Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador”. **Cuestiones Políticas.** Volumen 28, Nro. 48, 13-50.

LEMONS, A. O. (2014) “Sociedad civil y Revolución Ciudadana en Ecuador”. **Revista Mexicana de Sociología.** Volumen 76, Nro. 4, 583-612.

MALAMUD, C.; CALVO, C. (2009) **La política exterior de Ecuador: entre los intereses presidenciales y la ideología**. Real Instituto Elcano.

NOBILE, R. (2006) “CONAIE” en SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (coordinadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo.

ORTIZ, A. S. (2006) “Pachakutik” en SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (coordinadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo.

OSPINA PERALTA, P. (2019) **Ecuador: realmente hay un giro a la derecha?** Buenos Aires: Nueva Sociedad.

_____ (2013) La revolución ciudadana en Ecuador (2007-2012). In: LANDER, E. et al (orgs.). **Promesas en su laberinto**. Quito: UASB – Digital.

RAMÍREZ GALLEGOS, F. (2018) Ecuador: legitimación neoliberal y dilemas de la crítica. Buenos Aires: Nueva Sociedad.

_____ (2018) **El 4 de febrero y la descorreización de Ecuador**. Buenos Aires: Nueva Sociedad.

REDIN, C. B. (2017) **Historia de un divorcio: Ecuador entre Rafael Correa y Lenín Moreno**. Buenos Aires: Nueva Sociedad.

SIERRA, N. (2018) “El derrotero ideológico de la revolución ciudadana: una década desperdiciada” en SIERRA, N. et al (coordinadores). **El Gran Fraude**. Quito: Montecristi Vive.

VIANA, J. P. (2014) **Política externa equatoriana: o governo Rafael Corrêa e a busca por autonomia**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

VILLAVICENCIO, A. (2013) **Hacia dónde va el proyecto universitario de la revolución ciudadana?** Quito: UASB – Digital.

VILLAVICENCIO, F. (2013) **Ecuador made in China**. Quito.

VÉLEZ, F. R. (2014) “Ecuador: tradiciones políticas, cambio de época y Revolución Ciudadana” en MURAKAMI, Y. (coordinador). **La actualidad política de los países andinos centrales en el gobierno de izquierda**, Lima: Center for Integrated Area Studies.

Otras fuentes.

AFP. Sentença que anula condenação contra Chevron no Equador é ‘inaplicável’, dizem demandantes (2018) documento consultado en Internet el 02/04/2020 en https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/09/08/interna_internacional,987240/senten-

[ca-que-anula-condenacao-contra-chevron-no-equador-e-inaplicavel.shtml](#).

LATINOAMERICANA, E. (2006) “Lucio Edwin Gutiérrez Borbúa” en SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (coordinadores). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo.

TELESUR. Cuanto ha cambiado Ecuador con la Revolución Ciudadana? (2015) documento consultado en Internet el 13/10/2019 en <https://www.telesurtv.net/news/Cuanto-ha-cambiado-Ecuador-con-la-Revolucion-Ciudadana--20150115-0097.html>.

_____. Indígenas desmienten diálogo con vicepresidente ecuatoriano (2019) documento consultado en Internet el 13/10/2019 en <https://www.telesurtv.net/news/ecuador-dirigencia-indigena-desmiente-dialogo-vicepresidente-20191009-0027.html>.